

OS PLANOS FRUSTRADOS DA FUNDAÇÃO CRIANÇA

Denise Casatti
Jornalista

Impedida de administrar as verbas do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas, a Fundação Criança, uma instituição privada, permanece sem atingir a maioria dos objetivos. Seu instituidor, professor Antranik Manissadjian, dispara críticas contra a Fundação Faculdade de Medicina e a Promotoria das Fundações da capital

Aos sete anos de existência, a história da Fundação Criança (FC), associada ao Instituto da Criança (ICr) do Hospital das Clínicas, se parece com a de pequenos pacientes que precisam de atenção médica para sobreviver. Seu principal instituidor, o professor da Faculdade de Medicina da USP Antranik Manissadjian, hoje aposentado, garante que a FC enfrentou obstáculos antes mesmo da criação — e até hoje não conseguiu tornar-se “gente grande” como a Fundação Zerbini, organização que tem como modelo. Ao lado de suas irmãs mais velhas e poderosas, a FC parece sofrer de inanição: em 1999, primeiro ano em que obteve superávit, suas receitas foram de apenas R\$ 796 mil.

Um dos objetivos da FC é firmar um convênio com o Hospital das Clínicas e obter isonomia financeira e administrativa, relativamente à Fundação Zerbini (FZ). Esta administra todas as receitas obtidas pelo InCor, sem ter de repassá-las à Fundação Faculdade de Medicina (FFM).

Já no Instituto da Criança, segundo o professor Manissadjian, toda verba gerada, seja a obtida pelo SUS ou por convênios e seguros de saúde, vai para a FFM. “De toda receita originada pelo Instituto da Criança, tínhamos um retorno de apenas 20%, no máximo 25%. A FFM ficava com 75% a 80% da receita gerada”, queixa-se o professor.

O professor Manissadjian critica a FFM pela forma como distribui as verbas dos institutos, socorrendo

Ano	Receitas	Patrimônio
1995	- 22.775,68	123.745,91*
1996	- 4.529,53	119.216,38
1997	- 14.011,25	105.205,13
1998	- 22.063,37	83.141,76
1999	796.020,55	123.745,91*

* A dotação inicial recebida do Centro de Estudos Pedro de Alcântara foi de R\$ 120.330,00.
Fonte: Demonstrações Financeiras da FC registradas no 8º Cartório de Registro de Títulos

as unidades “não produtivas” com verbas do ICr. “Em vez de estimular que as unidades não produtivas passassem a produzir, pelo contrário, estimulava a acomodação e a cristalização”, ataca.

Titular do Departamento de Pediatria da Faculdade até 1994, ano em que se aposentou, ele exerceu cargos importantes: integrou o Conselho Deliberativo do HC, foi seu diretor clínico, presidiu o Conselho Diretor do ICr. Também presidiu o Conselho Curador da FC (do qual participa até hoje, como membro) e integrou o Conselho Curador da FZ. Atualmente, exerce suas atividades privadamente.

O professor Manissadjian atribui a idéia de criar a FC à constatação da existência de dificuldades financeiras para manter atualizados sob o ponto de vista científico e tecnológico o complexo e, particularmente, o ICr: “tendo visto e sentido o papel que a Fundação Zerbini exer-

ce como respaldo para o InCor, surtiu-me a idéia de criar uma fundação para dar respaldo para o ICr”.

No final dos anos 80, o professor Manissadjian realizou um plebiscito no ICr, para aferir o grau de aceitação, na unidade, a uma nova fundação. O resultado foi desanimador para ele: funcionários e médicos, muitos deles remunerados pela FFM,

tomaram posição contrária à criação de nova entidade privada.

“São interesses em jogo”, fustiga. “Porque o ICr sempre foi uma unidade extremamente organizada sob o ponto de vista ad-

ministrativo e sob o ponto de vista de faturamento, seja pelo SUS seja por seguros, extremamente ativa”, afirma ele. No entender do professor, a saída do ICr da alçada de responsabilidade da FFM geraria uma grande perda de caixa: “são interesses políticos e administrativos porque eles acham, idiotamente, que isso representaria perda de poder”.

O professor denuncia que o boi-

“Tivemos oposição da FFM que, através do Promotor, apresentava empecilhos”, denuncia o professor Antranik

EQUIPAMENTOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO... E CRIANÇAS DORMINDO NO CORREDOR

Daniel Garcia

Cícero, 4 anos, fez sua primeira viagem de avião no dia 1º de outubro. Saiu de Maceió, Alagoas, em busca de tratamento médico no Instituto da Criança (ICr) do Hospital das Clínicas. “Lá em Maceió não tem mais tratamento para ele”, conta Lúcia, mãe do garoto. Ela trazia um olhar de revolta, cansaço e descrença na manhã do dia 3 de outubro, depois de passar a noite praticamente em claro, sentada em uma cadeira ao lado da cama do garoto, em um corredor do ICr situado em frente a uma porta de vidro, próxima à saída da estação Clínicas do Metrô.

“Tinha que ter um quarto fechado. Mesmo que ficassem mil crianças em uma sala à parte seria melhor do que ficar no corredor. Ali passa todo mundo e ele está debilitado, pode pegar alguma doença”, disse Maria, mãe de Rodrigo, 8 anos, que também passou a noite no corredor, ao lado de Lúcia e Cícero.

Equipamentos de última geração e os profissionais altamente qualificados do hospital, dos únicos a possuir brinquedoteca, computadores e visitas de *doutores da alegria* para animar o dia-a-dia das crianças internadas, não impedem que ocorram cenas como a descrita acima, retrato do sucateamento dos serviços de saúde no Brasil.

Cícero, que tem cirrose hepática, a mãe, o pai e mais dois irmãos pequenos ganharam as passagens para São Paulo da Secretaria de Saúde



de Alagoas, por intermédio de uma assistente social do Hospital Universitário. A família ficaria alojada na casa de parentes em São Miguel Paulista. O pai de Cícero, motorista de caminhão, desempregado havia mais de quatro meses, precisou vender tudo que tinha em Alagoas e alugou a casa antes de viajar.

Além de passar a noite em um corredor, Lúcia conta que a alimentação demorou a chegar e só veio porque ela pediu. Naquela manhã do dia 3, já passava das 8h30 e o café da manhã das duas crianças e das mães ainda não tinha chegado. Também não ofereceram nenhum banheiro para que pudessem tomar banho. Na noite anterior, Maria tomou a iniciativa e perguntou onde poderia tomar banho. Informaram-lhe que à noite só havia banho gelado e pediram que ela aguardasse até o dia seguinte.

Maria também tinha passado a noite anterior sentada numa cadeira. Como havia a suspeita de que Rodrigo estivesse com meningite,

ele precisou ficar isolado em um dos consultórios médicos utilizados para atendimento. Quando a médica descobriu que Rodrigo estava com leucemia, na noite do dia 2, tirou-o do isolamento e logo uma funcionária o levou para o corredor, onde ficou aguardando uma vaga para internação até a manhã do dia 3. Segundo Maria, que já esteve no ICr em outra ocasião, acontece com frequência de pacientes passarem a noite no corredor.

Tanto Rodrigo como Cícero dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) para serem atendidos. No ICr, pacientes do SUS só podem marcar consultas por telefone se tiverem uma carteirinha do Hospital. Já os que são atendidos por meio de convênios e seguros de saúde podem marcar as consultas por telefone, antes mesmo de passar pela triagem.

Esclarecimento importante: os quatro brasileiros de que falamos nesta matéria tiveram seus nomes mudados, para preservar sua identidade e evitar represálias.

cote à criação da FC envolveu até mesmo o Ministério Público. “Para criar os seus estatutos, tivemos uma oposição muito grande de vários e vários elementos, principalmente da FFM que, através do Promotor, apresentava mil e um empecilhos para a concretização dessa criação pelos estatutos. Sempre apresentava objeções de que faltava isso, faltava aquilo”.

Os promotores de fundações da capital foram procurados para responder à acusação do professor, mas não deram retorno às mensagens da repórter.

A briga entre as fundações pelo controle do ICr surpreende pelo fato de envolver instituições definidas como sem fins lucrativos. Nos documentos da FC, que só foi efetivamente criada em 19 de outubro de 1994, registrados no 8º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em São Paulo, saltam aos olhos frases de atas de reuniões como essa: “Prof. Antranik lembra que quando a FC foi instituída havia esperanças de se conseguir um convênio da Fundação Criança e Hospital das Clínicas para formalizar a posição da FC como entidade de apoio ao Instituto da Criança, à semelhança do que acontece com a Fundação Zerbini e o Incor. Com tal solução seriam reforçadas as finanças da Fundação Criança” (grifo nosso, *Ata da 19ª Reunião Conjunta Extraordinária do Conselho Curador e da Diretoria da FC*, 14 de junho de 2000).

O próprio professor Manissadjian declara em sua entrevista que o ICr representaria para a FC uma boa “fonte de renda”. No entanto,

FUNDAÇÃO OPTA PELO SILÊNCIO

“O doutor Paulo Roberto Pereira disse que não vai se pronunciar sobre o assunto no momento”, foi a resposta que a Revista Adusp recebeu da assessora de imprensa do Instituto da Criança depois de insistir em marcar entrevista com o diretor do IC e presidente da Fundação Criança e enviar as perguntas, previamente, por e-mail.

Já o presidente do Conselho Curador da FC, Aluizio Rebello de Araújo, marcou entrevista com a repórter e, depois, pediu à secretária que remarcesse o encontro para outro dia. Na semana da entrevista, a secretária voltou a telefonar e disse que o professor Araújo tinha ido à Bahia e que não havia previsão para retorno. Ela pediu à repórter que aguardasse um novo contato para remarcação da entrevista, mas não houve outro telefonema até o fechamento desta edição.

nos estatutos consta que a instituição surgiu “para apoiar todos os esforços visando assistência, ensino e pesquisa em Pediatria” e não para obter renda por meio do ICr.

Também causa estranheza a existência de uma carta do professor Manissadjian, datada de 6 de junho de 1994, dirigida ao então presidente do Conselho Deliberativo do HC, professor Adib Jatene, salientando autorização para que o ICr se vinculasse à Fundação Criança. A escritura de instituição e constituição da FC, de 19 de outubro de 1994,

informa que ela foi criada em atendimento à assembléia geral extraordinária dos membros fundadores e efetivos do Centro de Estudos Professor Pedro de Alcântara, realizada em 9 de junho de 1994. A carta do professor Manissadjian, portan-

to, foi escrita antes mesmo dessa assembléia.

Questionado sobre a carta, o professor limita-se a dizer que houve “várias tentativas no sentido de se ver se se conseguia a isonomia”. Os estatutos foram registrados antes de 1994, acrescenta. Na época em que apresentou o pedido de vinculação do ICr à FC, ele ainda ocupava posições influentes, pois era o diretor clínico do HC.

Aliás, um ponto de difícil solução nesta história é delimitar as relações no tripé composto pela Faculdade, HC

e FC. As instituições envolvidas estão tão próximas umas das outras que é difícil separar quem pertence a uma e a outra, criando uma situação de conflito de interesses.

Atualmente, o diretor executivo do ICr, Paulo Roberto Pereira, é

Assuntos que dizem respeito ao Instituto da Criança do HC são decididos na esfera da fundação

INSTITUTO DO CÂNCER INFANTIL

O prédio onde funcionará o futuro Instituto do Câncer Infantil (ICI) continua em obras. Localizado na rua Oscar Freire, 2396, o prédio tem uma entrada pela rua Galeano de Almeida e pode ser visto da avenida Doutor Arnaldo.

Fruto de convênio entre a Fundação Criança, a Fundação Oncocentro de São Paulo (FOSP) e a Ação Solidária Contra o Câncer Infantil (ASCCI), firmado em 30 de setembro de 1998, o ICI sediará todo o atendimento oncológico hoje realizado pelo ICr.

Os custos da obra são arcados por doações, obtidas pelas instituições. A FOSP forneceu a estrutura inacabada de um prédio que passou vinte anos abandonado. O terreno foi cedido em permissão de uso pela Prefeitura de São Paulo. Coube à FC, por meio das doações recebidas da ASCCI e de outras fontes, recuperar as estruturas inacabadas e ampliar o prédio.

Segundo o *Relatório e notas explicativas das demonstrações financeiras encerradas em 31/12/1999*, a fundação recebeu as seguintes doações em 1999: pessoas físicas, R\$ 950,00; pessoas jurídicas, R\$ 13.500,00; ASCCI-ICI-Oncocentro, R\$ 815.968,19. De acordo com o mesmo documento, nesse mesmo ano foram investidos R\$ 810.512,59 na obra do ICI.

Quando estiver em funcionamento, o ICI será administrado pela FC, sob responsabilidade técnico-científica do Departamento de Pediatria e da disciplina de Cirurgia Infantil da Faculdade de Medicina. Um dos andares será destinado ao público da FOSP.

diretor presidente da FC; o chefe do Departamento de Pediatria da Faculdade, professor Flávio Adolfo da Costa Vaz, é membro do Conselho Curador da FC; o presidente do Conselho Diretor do ICr, professor Yassuhiko Okay, integra o Conselho Deliberativo do HC e também o Conselho Curador da FC.

Apesar de o professor Manissadjian afirmar que as fundações apenas atendem às necessidades administrativas dos institutos em função da solicitação dos colegiados de cada instituto, não interferindo na orientação técnico-científica dessas instituições, nos documentos da FC aparecem indícios de que assuntos que dizem respeito ao ICr são deci-

ditos na esfera da fundação.

O caso que serve de exemplo mais claro de que a FC, apesar de seu limitado raio de ação, exerce poder sobre o ICr está na discussão, registrada na ata de 1º de abril de 1998, acerca da verba de R\$ 3,6 milhões disponibilizada pelo então governador Mário Covas para o projeto de ampliação e reforma do ICr.

Palavras do empreiteiro Emílio Odebrecht, membro do Conselho Curador da fundação, no início dos debates: “deveria ser mantida a proposta, já levada há 4 anos ao Senhor Governador, de ser a Fundação Criança, em convênio com o complexo HC, a entidade de apoio e suporte do Instituto da Criança,

nos mesmos moldes da Fundação Zerbini com relação ao InCor”. E, na seqüência: “disse ter absoluta convicção de que, nessas condições, não haverá dificuldade em se obter, em campanha de alto nível, os restantes 2/3 (oito milhões de reais) do necessário para a conclusão do mencionado projeto”.

Mais ainda: “Reiterou que tal intento será realizável se o Governador, Secretário de Saúde e Conselho Deliberativo do HCFMUSP concordarem com a proposta acima referida” (*Ata da 15ª Reunião Conjunta Extraordinária do Conselho Curador e Diretoria da Fundação Criança*, 1º de abril de 1998).

Na continuação da discussão, o professor Okay afirma, em nome do Departamento de Pediatria, “que não será oportuna uma demora na utilização dos recursos disponibilizados pelo Governador, pois poder-se-ia perder tal verba”.

Mais adiante, o professor Okay acrescenta que “para utilizar referidos recursos, não é prudente colocar como condição ao Conselho Deliberativo a posição idealizada e desejada pela Fundação Criança em relação ao Instituto da Criança.”

A seguir, tem-se a conclusão do caso: “Ficou, portanto, decidido que a direção do Departamento de Pediatria do Instituto da Criança levará adiante, junto à direção do Hospital das Clínicas, a utilização dos recursos disponibilizados e reiniciará as obras do Instituto da Criança.”

Infere-se que a decisão da FC é que determinou a ação do Departamento, mesmo considerando-se que a posição vencedora no debate foi a do professor Okay.